

A NATUREZA COMO PATRIMÔNIO

Araci Gomes Lisboa - Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST/MCT

Esse trabalho busca apontar a participação de alguns cientistas na proposta de preservação dos patrimônios históricos, artísticos e científicos nacionais, a partir da criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), o qual esteve fortemente marcado pelo discurso nacionalista da época de sua criação (1933). Estes cientistas acreditavam estar contribuindo para proteger o patrimônio cultural brasileiro do "estrangeiro", através da fiscalização das expedições permitidas e reprimindo as indeferidas, que tinham seus objetos da cultura material apreendidos e recolhidos aos museus brasileiros. O Conselho foi o órgão vencedor na batalha do que seria considerado patrimônio nacional, já que a iniciativa para uma ação mais direta do Estado no controle das expedições no Brasil partiu do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sendo o Ministério da Guerra, através de Rondon, seu interlocutor e orientador quanto aos procedimentos a serem adotados para a entrada de estrangeiros ou não no interior do país.

Composto em sua maioria por intelectuais da ciência, o Conselho foi fundamental para barrar as constantes expedições de colecionistas que vinham ao Brasil em busca de objetos exóticos e, às vezes, levavam raridades representativas das culturas indígenas e também da fauna e flora brasileira. Nesse período, havia toda uma discussão sobre as expedições que dilapidavam o patrimônio nacional. Criticava-se o livre trânsito de missões estrangeiras em regiões de fronteiras ricas em minérios que ainda não eram de conhecimento e de pleno domínio do Estado. É interessante ressaltar que esse argumento foi reintroduzido por Rondon, porém, essa discussão já vinha sendo travada desde fins do século XIX, no IHGB e no Museu Nacional. Posteriormente, a Comissão, que elaborará as justificativas para o controle dessas expedições recuperaria toda essa discussão, sugerindo a criação do CFEACB, que estará voltado para a proteção e/ou fiscalização de todo um patrimônio nacional que se estende pelos domínios da cultura, da economia, da ciência e da tecnologia.

Verificamos que os estudos historiográficos realizados a partir dos anos 1980 apontam a ampliação do conceito de patrimônio cultural nacional na Europa, somente após os anos 1940, e

no Brasil, este mesmo processo só se intensificou a partir de fins da década de 70 do século XX, em decorrência da emergência dos novos movimentos sociais que surgem com o processo de redemocratização. Segundo esses estudos, a ampliação da noção de patrimônio também esteve ligada à ampliação do poder dos organismos internacionais de defesa de patrimônios culturais, como é o caso da UNESCO, que, em 1972, inseriu a questão dos patrimônios da humanidade, e da criação de instituições com a mesma finalidade, ligadas a poderes locais, como governos de Estados e prefeituras, e ao aumento do que Pierre Nora chama de “materialização da memória”, ou seja, o impulso que ocorreu na preservação, principalmente de arquivos, nos países ocidentais.¹

Márcia Chuva, em seu estudo sobre a criação do SPHAN, aponta a década de 1920 como o marco inicial de uma discussão sistemática sobre a criação de um órgão estatal responsável pela criação de um patrimônio histórico e artístico no Brasil, cabendo a Rodrigo Mello Franco de Andrade o papel de articulador das diversas propostas que circularam no Congresso Federal, no período.² Para esta autora, Mello Franco se empenhou em manter-se na linha de frente da temática patrimonial de seu tempo, considerando as diversas proposições às quais teve acesso, como por exemplo, a legislação francesa de 1913, que instrumentalizou várias dessas propostas. Tais iniciativas tiveram caráter federativo, na medida em que propunham uma ação conjunta entre uma entidade federal e instituições congêneres estaduais nas tarefas de proteção, além de atribuir inúmeras responsabilidades aos executivos estaduais, bem como a busca na autoridade técnica dos especialistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Márcia Chuva alerta que os trabalhos que proliferaram ao longo da década de 90, vêm introduzindo a temática patrimonial, nos meios acadêmicos, porém, ao definirem um recorte temporal, caem nas malhas tecidas pelo próprio SPHAN, porque se prendem a recortes ditados por essa instituição, não levando em consideração as transformações que se processavam mundialmente, sobre a temática patrimonial. A pesquisa de Chuva representou, sem dúvidas, um salto historiográfico. Porém, recuperou somente as discussões que envolviam o patrimônio arquitetônico, não analisando, os debates entre intelectuais, sobretudo os do Museu Nacional, relativos à saída e exportação de materiais provenientes das expedições científicas realizadas em território nacional.

O Conselho de Fiscalização foi omitido nos debates ocorridos sobre patrimônio, a partir dos anos 1980, vigorando somente a visão de uma institucionalização da preservação do

patrimônio brasileiro a partir do decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. O estudo sobre o papel do CFEACB, desconstrói essa doxa criada e aponta que o conceito de patrimônio nacional já vinha sendo elaborado pelas diversas frações da classe dominante que vinham desde a segunda metade da década de 1910 reivindicando uma ação mais enérgica por parte do estado sobre esse tema, cujo debate envolvia questões relacionadas à natureza, à ciência (especialmente, botânica, zoologia e antropologia), ao controle do território e à exploração geológica, entre outros.

No Brasil, no início do século XX, a possibilidade da inserção e do desenvolvimento do capitalismo com ênfase na valorização do papel da ciência, passou a ser desempenhada, e acenava com a construção de um homem novo, mediante o domínio da técnica, orientando não só a modernização do espaço urbano, mas, sobretudo, o sertão. Em 1905, durante o 3º Congresso Científico Latino-americano, ocorrido no Rio de Janeiro, algumas questões apresentadas estavam diretamente relacionadas com o estudo das fontes de energia hidráulica na América meridional, com objetivos de produzir energia elétrica, e com o estudo das causas do desaparecimento do volume das águas e dos mananciais do Brasil, além de problemas detectados em relação ao uso dos recursos naturais, tais como a conservação das matas e seu controle, que apontavam uma relação direta com o progresso do país.

Estes estudos delineavam um novo momento da ciência no Brasil. Esta deixava de ser alicerçada no “naturalismo científico”, sem uma intervenção direta na natureza, para passar a ter uma ação mais prática na forma de interagir com a natureza, tornando-se “ciência aplicada”. As “expedições de exploração do sertão” passaram a intervir mais na paisagem natural, modificando os espaços, mapeando e explorando os recursos naturais e divulgando suas riquezas e potencialidades para prováveis futuros colonizadores, além de permitir a criação de novos espaços para a expansão do plantio do café. Nísia T. Lima considera que as expedições da Primeira República foram mais marcantes para a construção de um imaginário sobre as regiões interioranas e que teriam tido maior impacto na formação de matrizes de interpretação do Brasil, referindo-se aos intelectuais desse período como sendo portadores de uma cultura heróica e que se atribuíam a função de construir a nação e forjar sua unidade territorial e moral.³

Entretanto, nesse período, as mais influentes tendências do pensamento brasileiro estavam propondo reformulação e modernização do modelo republicano, já que este não dava

conta das exigências formuladas nos debates. As diversas interpretações sobre a nação brasileira, apontavam uma dificuldade dos primeiros governos republicanos para resolver as questões econômicas, políticas e sociais do Brasil. Havia uma necessidade de se pensar o projeto de República implantado e, mesmo aqueles que o apoiavam, percebiam que o modelo liberal dominante causava um clima de instabilidade no país, já que não se estendia a toda a população e nem a todas as regiões.

Com o golpe de 1930 e a nomeação do Governo Provisório, diversas frações da classe dominante buscaram legitimar sua hegemonia sobre o Estado brasileiro. Miceli aponta a inviabilidade em indicar qual a matriz ideológica vitoriosa entre os que foram convocados nessa época. Ele constatou que havia intelectuais de todas as matizes ideológicas pinçadas no processo de expansão do aparelhamento estatal: “militantes em organizações da esquerda, quadros da cúpula integralista, porta vozes da reação católica, figuras pertencentes à intelectualidade tradicional.”⁴

Para Lauerhass, essa inserção deu-se na medida em que aumentou a consciência social desses intelectuais, os quais passaram a se preocupar mais com problemas concretos que assolavam o Brasil, resultando numa melhor integração da vida cultural na vida nacional. Desse modo, os intelectuais puderam se envolver com mais frequência na política e na administração pública.⁵

Segundo nossa hipótese, o CFEACB foi um dos projetos apresentados por intelectuais da ciência para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico no Brasil, priorizando o patrimônio natural. Medida tomada em função das discussões realizadas nos congressos científicos internacionais, que já apontavam a ciência como o principal motor de desenvolvimento e progresso da sociedade e o Estado como articulador dos interesses de um determinado segmento. Daí a necessidade do CFEACB garantir que a vida científica nacional fosse beneficiada com o controle desse patrimônio e das expedições.

A escolha de bens a serem preservados, a partir das perspectivas artísticas, históricas, e acima de tudo políticas, do momento em que se realiza um determinado inventário para fins de preservação, vão determinar um “apagamento” ou uma “perpetuação” de representações de um passado linear ou ideal. A proteção do patrimônio constitui-se em um ato de compor a todo o momento a memória nacional, e, portanto, é fundamental compreender quem controla esses

processos em uma cidade ou nação.⁶

Em realidade, a questão do patrimônio natural escamoteava os mais variados interesses dos grupos representados no CFEACB, que vão tentar impor uma direção a essa questão na composição desse aparelho do Estado, construindo uma imagem negativa das expedições estrangeiras. Esse grupo, representado no CFEACB, vai tentar criar na sociedade brasileira a noção de “proteção da natureza”, tida como fundamental num processo de “desenvolvimento econômico” e de afirmação e controle de suas riquezas naturais. Ao analisarmos esse conselho a partir da teoria de criação das categorias como construções sociais do real, proposta por Bourdieu, isto é, a categoria é o “princípio coletivo de construção da realidade coletiva”, podemos perceber como esse conselho conseguiu construir na sociedade um sentimento positivo sobre a questão da proteção da natureza.⁷

Segundo Bourdieu, esse princípio é socialmente construído, sendo um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que nos foi inculcada por meio de um trabalho de socialização que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, contribuindo, dessa forma, para criar a realidade que evocam.

Nesse sentido, a cada crise na economia mundo, as questões envolvendo a natureza ganhavam conotações diferenciadas. Assim, acredito que a temática aqui apresentada pode subsidiar as discussões relacionadas à ecologia e à preservação do meio ambiente, desconstruindo a doxa sobre esse tema. Esta remete ao ano de 1972 como marco da desilusão com o mito do crescimento ilimitado veiculado no relatório “Limites do Crescimento”, produzido pelo Clube de Roma, que apontava a inviabilidade do prosseguimento do ritmo e do estilo de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas mais ricos, em face do esgotamento previsível de recursos e fontes de energia. O modelo industrialista/consumista provocaria a deterioração das condições ambientais em ritmos e escalas desconhecidos: contaminação de rios, poluição do ar, destruição de florestas, extinção de espécies animais, empobrecimento dos solos, catástrofes ambientais e proliferação de doenças relacionadas à degradação do espaço de vida das populações.

As Nações Unidas, ainda em 1972, promoveram sua primeira Conferência Mundial sobre o Meio Humano, na qual os países industrializados e os denominados do “Terceiro Mundo” se fizeram representar. Nessa conferência, foram trazidas a público a constatação da gravidade da

destruição ambiental e as iminentes catástrofes, inevitáveis caso prosseguisse a estratégia de crescimento assentada nas relações desiguais de apropriação mundial dos recursos e na utilização de sistemas tecnológicos agressivos à natureza e à população.⁸ Se voltarmos os olhos para as reportagens atuais sobre a evasão desse patrimônio natural e da biopirataria, podemos perceber o quanto disso veio sendo construído, já desde o fim da Primeira Guerra Mundial, nos próprios encontros científicos.

Contudo, se antes as nações se firmavam mediante o mercado mundial, hoje essas barreiras estão sendo quebradas por um novo tipo de geopolítica, a qual tenta formar blocos políticos/econômicos como tentativa de “abrir” as fronteiras das nações, ao nomear espaços territoriais como sendo patrimônio da humanidade.

¹ Nora, P. *Op. cit.* (1987-1992). Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História* vol.10. São Paulo, dez, 1993.

² CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói: UFF, 1998. (Dissertação de mestrado). Chuva aponta vários estudos que tem como marco inicial a década de 1920, como estratégias localizadas para preservação do patrimônio. sendo o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que resultou na criação do SPHAN, como marco inicial da idéia de preservação no Brasil.

³ Lima, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999, p.79. As expedições citadas foram: a de Euclides da Cunha, que deu origem a “Os sertões”; as expedições de Rondon; e as expedições realizadas pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz.

⁴ Miceli, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979. p.162

⁵ Lauerhass Jr. Ludwing. Predomínio nacionalista fluidez e confusão. In *Getulio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1986. p.83

⁶ Choay, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. (p.29)

⁷ Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996, p.127.

⁸ Minc, Carlos. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 8-9.